



ADENDA AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA SAIPROSSEM – PRODUÇÃO ANIMAL

ADENDA

Na sequência da comunicação V/ ref.^a SAI-DRA/2017/1582 Proc.118.4.1/9 118.2.1/55, de 5 de maio de 2017, vimos, pelo presente, prestar os esclarecimentos, corrigir ou complementar os aspetos salientados pela Comissão de Avaliação (CA) nomeada na forma de adenda, seguindo a ordem e a numeração do referido parecer.

3. APRECIÇÃO GERAL

4º Parágrafo (pag.3/14 do parecer)

Nos capítulos 2.1 e 2.5 do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) onde se lê “PT9B05F” deverá ler-se “PT9B01F”.

4. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS

4.1 – Estudo de Impacte Ambiental - EIA (pag.4/14 do parecer)

Conforme solicitado, apresenta-se o projeto sujeito a licenciamento em anexo.

4.1.1 – Relatório Técnico (pag.4/14 do parecer)

No capítulo 2.7 do EIA foi justificada a não avaliação de alternativas ao projeto com o seguinte texto:

“A avaliação dos impactes numa abordagem clássica tem como pressuposto fundamental, a avaliação comparativa de alternativas válidas das várias componentes de um empreendimento. Estas, podem ser relativas à localização, aspetos construtivos, processuais e de exploração e devem abranger todas as etapas do empreendimento, desde a fase de construção, fase de exploração, terminando na fase de desativação e desmantelamento.

No caso em apreço, temos como pano de fundo uma realidade um pouco diferente e que decorre da necessidade de enquadrar devidamente no regime de licenciamento, a atividade pré-existente e que foi sendo ampliada ao longo do tempo, e que carece de atualização do seu licenciamento.

Neste contexto de avaliação, a comparação de alternativas e avaliação das várias etapas do empreendimento não fará sentido, pelo facto de se não virem a formalizar. Assim, para cada impacte identificado realizou-se a sua avaliação para as fases de exploração, construção e desativação.”

Não obstante esta justificação, passa-se a esclarecer os motivos para a não apresentação de alternativas ao projeto para as alíneas indicadas no parecer, respetivamente:

- a) **Alternativas de localização, dimensão e desenho;** - O EIA refere-se a uma exploração existente sendo a sua localização definitiva. Relativamente às dimensões, implantação e desenho dos pavilhões, o EIA está a analisar uma situação de existência, nomeadamente os pavilhões A, B, C e D não sendo viável a análise de alternativas, porque estas não vão existir.

Para os pavilhões a construir, o E e F, são em tudo similares e com implantação definida entre os existentes, correspondendo à otimização da área ocupada.

- b) **Alternativas de tecnologia, processuais e funcionais;** - O EIA refere-se a uma exploração existente cujos pavilhões novos, já construídos (A, B, C e D) e outros a construir (E e F), são concebidos por uma empresa especializada na área. Assim, são garantidos os melhores desempenhos tanto ao nível processual como ambiental. Como por exemplo, destacam-se as melhores condições para o desenvolvimento animal, racionalização de consumos e sistema automático de gestão. Ao nível funcional, a implantação dos pavilhões paralela, entre si, promove uma otimização das operações de gestão diária. Face ao exposto, a análise de uma alternativa à solução adotada seria com uma solução de qualidade inferior, não trazendo mais valias para o processo de AIA.

- c) **Alternativas de gestão de inputs (energia, alimentação animal, água, etc) e respetivos outputs (estrupe, águas residuais, animais mortos na exploração, resíduos, etc)** - No EIA não foram avaliadas alternativas de gestão de inputs e respetivos outputs pelo facto do sistema de gestão implementado ser o correspondente à sua maior rentabilidade e economia, pois a viabilidade económica da exploração depende fortemente da melhor utilização dos meios e otimização dos consumos. Assim, qualquer alternativa que fosse analisada não corresponderia a uma gestão otimizada, por não corresponder ao uso eficiente de produtos, energia, água, etc.

Parte 5 – Descrição da instalação e da exploração

Ponto 5.5.1 - (pag.4/14 do parecer) – Efetivamente um dos queimadores ainda se encontra instalado junto ao pavilhão 7, como se pode observar na fotografia seguinte, no entanto não está em funcionamento, nem se perspetiva a sua recuperação. Nesta mesma imagem e na seguinte pode-se constatar que o pavilhão está dotado de instalação de gás para aquecimento e que os aquecedores estão no pavilhão para instalação.



Figura 1 – Pavilhão 7 - exterior



Figura 2 – Pavilhão 7 - interior

Ponto 5.5.2 - (pag.4/14 do parecer) – As águas residuais produzidas no edifício da incubadora estão identificadas tanto no EIA como no Licenciamento Ambiental (LA), neste último com a designação de ES3 no quadro QA9.2. Neste mesmo quadro a proveniência está como Serviços Administrativos (SA), o qual será corrigido para Instalações Sanitárias (IS).

Ponto 5.5.3 - (pag.5/14 do parecer) – De uma forma geral os resíduos produzidos na exploração são conduzidos para os contentores e posteriormente conduzidos para a MUSAMI. Junto desta entidade, foram previamente definidos os resíduos que seriam entregues, tendo sido definido o resíduo 02 02 02 – resíduos de tecidos de animais.

Por este motivo, e de modo a estar de acordo com os dados inseridos no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos os diversos resíduos produzidos, como por exemplo as cascas de ovos provenientes da incubadora, estão incluídos na quantidade identificada como 02 02 02.

Relativamente aos resíduos perigosos, para além das lâmpadas fluorescentes, na exploração há produção de - Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas - código LER 15 01 10*, cuja recolha, transporte e condução a destino final é assegurado pela empresa HIGIAÇORES. A produção anual destes resíduos é na ordem dos 5Kg, estimando-se que no futuro possa atingir os 7 kg.



Figura 3 – Contentor Higiaçores

Relativamente aos resíduos listados no parecer e cuja inclusão é solicitada, cumpre esclarecer:

- **06 13 01* produtos inorgânicos de proteção das plantas, agentes de preservação da madeira e outros biocidas** - Não são rejeitados estes produtos, como também não serão incluídos na lista de resíduos da exploração;

- **15 01 02 - embalagens de plástico, 15 01 04 - embalagens de metal, 15 01 05 - embalagens compósitas e 15 01 06 - misturas de embalagens** – As quantidades recolhidas são diminutas, correspondendo à triagem que os funcionários fazem das embalagens das bebidas, como se pode observar na figura seguinte. Dadas as reduzidas quantidades e o fato de serem depositadas nos Ecopontos Municipais não se considerou pertinente a sua inclusão. No entanto, o quadro QB7.2 foi atualizado com a inclusão de embalagens de vidro (15 01 07) e mistura de embalagens (15 01 06) por não ser feita a separação das embalagens plásticas das metálicas.



Figura 4 – Contentor de embalagens

- **15 02 02*- absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção contaminados por substâncias perigosas e 15 02 03 - absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02** – Não há produção deste tipo de resíduos;
- **15 01 10*- embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas** - Conforme referido anteriormente estes resíduos são recolhidos, transportados e conduzidos a destino final pela HIGIAÇORES.
- **20 03 04 - lamas de fossas sépticas** – Efetivamente a existência de fossas sépticas na instalação implica a produção de lamas, contudo a inexistência de registo da sua produção e a imprevisibilidade da sua quantificação futura, não foram incluídos na lista de resíduos. Procedeu-se à alteração do quadro QB7.2 do formulário, bem como na ficha FA9.4, com inclusão das quantidades previstas;
- **20 03 99 - resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados** – Conforme referido anteriormente, os resíduos são armazenados nos contentores e conduzidos a aterro, sendo os resíduos 20 03 99 conduzidos aos mesmos contentores

e não sendo triados e passíveis de quantificar. Neste sentido, não foram tratados de forma diferenciada ao longo do EIA e LA.

Face ao exposto, em anexo encontra-se a nova redação do capítulo 5.5.3 – Subprodutos e resíduos do EIA.

Ponto 5.7.1.1 - (pag.6/14 do parecer) – O limite a norte carece de separação física, estando prevista a sua execução aquando da construção dos novos pavilhões.

Parte 7 e 8 – Identificação e Avaliação de Impactes e medidas mitigadoras e/ou compensatórias - (pag.6/14 do parecer)

Ponto 7.6.1. - 1º parágrafo (pag.6/14 do parecer) – Trata-se de um lapso. No capítulo 7.6.1. do EIA deverá ler-se: *“Para a ecologia, os impactes resultantes da ampliação do projeto, estão relacionados com a destruição do habitat natural, nomeadamente com a afetação da fauna e flora existentes no local e áreas adjacentes. Contudo, parte das novas instalações da Saiprossem já se encontram construídas e em funcionamento. Para a avaliação dos impactes foram consideradas as fases de construção, exploração e desativação do projeto.”*

Ponto 7.9 - 2º parágrafo (pag.6/14 do parecer) Efetivamente o EIA refere erradamente os valores patentes na tabela 51 como valores limite de emissão, quando não se tratam de valores limite, mas que decorrem do registo dos mesmos no registo Europeu das emissões e transferência de poluentes (PRTR) e como tal deveriam ser apresentados na situação de referência. Não obstante esta incorreção a avaliação dos impactes na qualidade do ar teve por base o acréscimo em relação às emissões atuais e a eventual afetação do índice de qualidade do ar. Face ao exposto a conclusão relativa à avaliação da qualidade do ar mantém-se.

Em anexo apresenta-se a nova redação do capítulo 7.9.2 – Impactes do EIA

4.1.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

Atendendo aos aspetos focados no parecer e aos respetivos esclarecimentos prestados, nos parágrafos anteriores, e ao facto de não haver alterações no conteúdo do RNT, propõe-se que seja mantido o RNT anterior e lhe seja anexada uma errata. Assim, apresenta-se isoladamente o documento – RNT-Errata.

Ponta Delgada, 13 de junho de 2017



ADENDA AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA SAIPROSSEM – PRODUÇÃO ANIMAL

ANEXOS

NOVA REDAÇÃO DOS CAPÍTULOS DO EIA:**5.5.3 - Subprodutos e resíduos**

Da exploração avícola em estudo resulta como subproduto as camas dos animais, designado de estrume, que é recolhido pelos agricultores para ser utilizado como fertilizante. No ano de 2015, a produção foi na ordem das 380 ton, estimando-se uma produção máxima de 515,3 ton, quando todos os pavilhões estiverem em exploração.

De uma forma geral os resíduos produzidos na exploração são conduzidos para os contentores e posteriormente conduzidos para a MUSAMI. Junto desta entidade, foram previamente definidos os resíduos que seriam entregues, tendo sido definido o resíduo 02 02 02 – resíduos de tecidos de animais. No entanto, para além deste tipo de resíduos, são conduzidos a aterro outros, como por exemplo as cascas de ovos provenientes da incubadora e os equiparados a urbanos.

A produção anual conduzida a aterro, com a identificação de 02 02 02 – resíduos de tecidos animais, é na ordem das 40 ton. Estes resíduos são armazenados em contentores herméticos e fechados, para posterior descarga no Aterro Sanitário de São Miguel. No futuro, quando finalizada a ampliação dos pavilhões, estima-se que este valor atinja as 54 ton.

As embalagens de plástico, cujo código LER é 20 01 39, são separadas e devidamente encaminhadas para o centro de processamento de resíduos de São Miguel, pertencente à MUSAMI, com uma produção anual máxima estimada de 0,19 ton.

Ao nível dos resíduos perigosos gerados na Saiprossem constata-se atualmente uma produção anual de 20kg de lâmpadas fluorescentes, código LER 20 01 21, cujo destino final é o centro de processamento de resíduos de São Miguel. Aquando da exploração com todos os pavilhões a quantidade estimada para a produção deste tipo de resíduos é de 27 kg. Os resíduos recolhidos pela empresa HIGIAÇORES também se incluem no grupo de resíduos perigosos, código LER 15 01 10 - Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas, com uma quantidade anual na ordem dos 5Kg, estimando-se no futuro que possa atingir os 7 kg.

7.9.2 - Impactes (Qualidade do ar)

Com base na análise do empreendimento e informação constante no capítulo descrição do projeto identificaram-se as principais fontes de emissão de poluentes atmosféricas associada a cada atividade e/ou equipamento presente nas instalações e potenciais efeitos na qualidade do ar ambiente e que se apresentam na tabela que se segue.

FONTE / ATIVIDADE	POLUENTE GERADO	EFEITO POTENCIAL	OBSERVAÇÕES
FASE DE CONSTRUÇÃO			
Movimentação de terras escavação e terraplenagens.	Emissão de poeiras	Deposição na vegetação. Redução da visibilidade. Afetação da qualidade do ar na envolvente mais próxima	Situação pontual, e temporária, minimizável através de aspersão com água, se necessário, da zona intervencionada. Controlo da limpeza dos veículos e acondicionamento da carga dos veículos de transporte de materiais. Programação das atividades tendo em consideração as condições atmosféricas.
Máquinas e equipamento afetos à construção.	Monóxido de carbono, óxidos de azoto, hidrocarbonetos.	Efeito de estufa.,	Situação temporária. Sem influência nos índices da qualidade do ar.
FASE DE EXPLORAÇÃO			
Degradação das camas durante o período de permanência das aves nos pavilhões.	Amoníaco e Metano (NH₃ e CH₄) , que é evacuado para o exterior pelo sistema de ventilação	Gás com efeito de estufa	
Degradação de estrume, que pode ser armazenado no parque de estrume	Amoníaco e metano (NH₃ e CH₄) . A emissão deste gás será tanto mais significativa quanto maior for a permanência deste subproduto.		Em situações normais de exploração o estrume não é armazenado nas instalações
Sistemas de aquecimento de gás butano	CO ₂ e vapor de água		Em situação de funcionamento deficiente pode ser gerado CO
Gerador de emergência combustível gasóleo	Dióxido de enxofre, óxidos de azoto, partículas e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos	Chuvas ácidas, diminuição da visibilidade,	Funcionamento esporádico.

FONTE / ATIVIDADE	POLUENTE GERADO	EFEITO POTENCIAL	OBSERVAÇÕES
Circulação de veículos afetos à exploração, que serão responsáveis por emissões características do tráfego rodoviário,	Monóxido de carbono, óxidos de azoto, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, PM10 e dióxido de enxofre	Efeito de estufa, chuvas ácidas, diminuição da visibilidade	
Limpeza dos pavilhões e silos das rações	Partículas em suspensão	Diminuição da visibilidade e doenças respiratórias	Efeito discreto

Tabela 1 – Identificação das fontes emissoras/poluentes associados e efeitos

Com base no português “Registo Europeu das Emissões e Transferência de Poluentes” que resulta da União Europeia ter aprovado a Decisão n.º 2006/61/CE, de 2 de Dezembro de 2005 (Decisão PRTR) cuja implementação é definida no Regulamento (CE) n.º 166/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Janeiro de 2006 (Regulamento PRTR), aplicando o Protocolo PRTR da Convenção de Aarhus, que se materializa no Decreto Lei nº DL 127/2008, de 21 de julho) a atividade em apreço insere-se na categoria 7ai.

A estimativa das emissões de poluentes para a atmosfera apresentada é a que decorre da aplicação da metodologia para o preenchimento do Formulário PRTR Emissões Ar Emissões Ar pontuais.

Em seguida apresentam-se as bases de cálculo aplicadas:

- Determinação do NMA (número médio de animais):

$$NMA_{\text{Parcial}(\text{pavilhãoj})} = \sum_{i=1}^n \frac{\text{n.º animais do bando i} \times \text{duração do bando i (n.º de dias)}}{\text{n.º de dias do ano}}$$

$$NMA_{\text{Total}(\text{aves})} = \sum_{i=1}^n NMA_{\text{Parcial}(\text{pavilhãoj})}$$

[fonte: Manual de Apoio ao Preenchimento do Formulário PRTR Emissões Ar -APA]

• Fatores de emissão utilizados

POLUENTE	FATOR DE EMISSÃO (FE)	UNIDADES	FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO DAS EMISSÕES
Amoníaco (NH ₃)	0,17	kg/ave	EMEP / CORINAIR **	Kg/ano = NMAxFE
Metano fator de emissão (CH ₄)	0,117			
Óxido de azoto (N ₂ O)	1200	kg/ano para 500 unidades animais *	AP442 ***	Kg/ano = NMA total(xFE/500)Xpeso Médio/453
Partículas (PM ₁₀)	2100			

[fonte: Manual de Apoio ao Preenchimento do Formulário PRTR Emissões Ar -AP]

Tabela 2 – Fatores de emissão para o ar – frangos

O registo de emissões poluentes no âmbito do PRTR é o que se indica no quadro seguinte:

Poluentes PRTR (sector avícola)	(kg/ano)
NH ₃	10 000
CH ₄	100 000
N ₂ O	10 000
PM ₁₀	50 000

Tabela 3 – Registo de emissões PRTR

Com base nos dados de exploração apresentam-se em seguida as emissões de poluentes para a atmosfera. Para os pavilhões a construir E1,E2, F1 e F2 assumiram-se valores de exploração iguais às dos Pavilhões mais recentes e que possuem as mesmas características construtivas e de capacidade de produção.

Pavilhão	Bando 1	Bando 2	Bando 3	Bando 4	Bando 5	Bando 6	Bando 7	NMA parcial
	nº aves	nº aves	nº aves	nº aves	nº aves	nº aves	nº aves	
Pav PA	29 360	27 749	28 835	25 710	31 750			16 106,38
Pav B2	15421	16 400	13 335	14 135	14 560	13 157	14 340	9 086,80
Pav B1	15303	16 230	14 678	14 540	14 680	13 157	14 420	9 329,56
Pav 5	4 800	8 400	10 000	8 820	9 420	8 225		5 272,64
Pav 6	9049	9 360	9 800	9 520	9 800	8 680	9 382	5 190,64
Pav 7	15136	18 190	17 130	17 335	18 050	17 200	17 380	9 874,64
Pav 8	6 800	6 746	8 120	7 160	7 700	6 720		4 391,17
Pav 12	6240	6 720	6 505	6 665	6 020	6 429		2 941,63
Pav C2	14 761	15 640	14 560	6 665	14 700	14 260		8 078,33
Pav C1	14655	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410		9 051,21
Pav D1	14 840	12 740	15 520	14 505				5 866,66
Pav D2	14 830	12 675	14 660	13 750				5 249,40
NMA total								90 439

Tabela 4 – Cálculo do NMA Situação actual

Pavilhão	Bando 1 nº aves	Bando 2 nº aves	Bando 3 nº aves	Bando 4 nº aves	Bando 5 nº aves	Bando 6 nº aves	Bando 7 nº aves	NMA parcial
Pav PA	29 360	27 749	28 835	25 710	31 750			16 106,38
Pav B2	15421	16 400	13 335	14 135	14 560	13 157	14 340	9 086,80
Pav B1	15303	16 230	14 678	14 540	14 680	13 157	14 420	9 329,56
Pav 5	4 800	8 400	10 000	8 820	9 420	8 225		5 272,64
Pav 6	9049	9 360	9 800	9 520	9 800	8 680	9 382	5 190,64
Pav 7	15136	18 190	17 130	17 335	18 050	17 200	17 380	9 874,64
Pav 8	6 800	6 746	8 120	7 160	7 700	6 720		4 391,17
Pav 12	6240	6 720	6 505	6 665	6 020	6 429		2 941,63
Pav C2	14 761	15 640	14 560	6 665	14 700	14 260		8 078,33
Pav C1	14655	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410		9 051,21
Pav D1	14 840	12 740	15 520	14 505				5 866,66
Pav D2	14 830	12 675	14 660	13 750				5 249,40
Pav E1 (1)	14655	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410		9 051,21
Pav E2 (1)	14655	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410		9 051,21
Pav F1 (1)	14655	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410		9 051,21
Pav F2 (1)	14655	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410		9 051,21
NMA total								126 644

(1) – Pavilhões a construir até 2018

Tabela 5 – Cálculo do NMA em 2018

Pavilhão	Bando 1	Bando 2	Bando 3	Bando 4	Bando 5	Bando 6	Bando 7	Somatório
	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	
Pav PA	29 360	27 749	28 835	25 710	31 750	0	0	143 404
Pav B2	16 400	13 335	14 135	14 560	13 157	14 340	0	85 927
Pav B1	16 230	14 678	14 540	14 680	13 157	0	0	73 285
Pav 5	4 800	8 400	10 000	8 820	9 420	8 225	0	49 665
Pav 6	9 360	9 800	9 520	9 800	8 680	0		47 160
Pav 7	18 190	17 130	17 335	18 050	17 200	0		87 905
Pav 8	6 800	6 746	8 120	7 160	7 700	6 720		43 246
Pav 12	6 720	6 505	6 665	6 665	6 020	0		32 575
Pav C2	15 640	14 560	6 665	14 700	14 260	0		65 825
Pav C1	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410	0	0	71 600
Pav D1	14 840	12 740	15 520	14 505	0	0	0	57 605
Pav D2	14 830	12 675	14 660	0	0	0	0	42 165

Peso médio à saída: 1,7 kg

800 362

Volume de produção anual (ton peso vivo/ano)

1 360,6

Tabela 6 – Volume de produção anual

Pavilhão	Bando 1	Bando 2	Bando 3	Bando 4	Bando 5	Bando 6	Bando 7	Somatório
	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	Nº aves	
Pav PA	29 360	27 749	28 835	25 710	31 750	0	0	143 404
Pav B2	16 400	13 335	14 135	14 560	13 157	14 340	0	85 927
Pav B1	16 230	14 678	14 540	14 680	13 157	0	0	73 285
Pav 5	4 800	8 400	10 000	8 820	9 420	8 225	0	49 665
Pav 6	9 360	9 800	9 520	9 800	8 680	0		47 160
Pav 7	18 190	17 130	17 335	18 050	17 200	0		87 905
Pav 8	6 800	6 746	8 120	7 160	7 700	6 720		43 246
Pav 12	6 720	6 505	6 665	6 665	6 020	0		32 575
Pav C2	15 640	14 560	6 665	14 700	14 260	0		65 825
Pav C1	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410	0	0	71 600
Pav D1	14 840	12 740	15 520	14 505	0	0	0	57 605
Pav D2	14 830	12 675	14 660	0	0	0	0	42 165
Pav E1	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410	0	0	71 600
Pav E2	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410	0	1	71 601
Pav F1	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410	0	2	71 602
Pav F2	15 540	12 310	14 670	14 670	14 410	0	3	71 603

Peso médio à saída: 1,7 kg

1 086 768

Volume de produção anual (ton peso vivo/ano)

1 847,5

Tabela 7 – Volume de produção em 2018

Pavilhão	Nº médio aves/bando	Emissões kg/ano			
		NH3	CH4	N2O	PM10
Pav PA	16 106,38	2738,08	1884,45	145,06	253,86
Pav B2	9 086,80	1544,76	1063,16	81,84	143,22
Pav B1	9 329,56	1586,03	1091,56	84,03	147,05
Pav 5	5 272,64	896,35	616,90	47,49	83,11
Pav 6	5 190,64	882,41	607,30	46,75	81,81
Pav 7	9 874,64	1678,69	1155,33	88,94	155,64
Pav 8	4 391,17	746,50	513,77	39,55	69,21
Pav 12	2 941,63	500,08	344,17	26,49	46,36
Pav C2	8 078,33	1373,32	945,16	72,76	127,33
Pav C1	9 051,21	1538,70	1058,99	81,52	142,66
Pav D1	5 866,66	997,33	686,40	52,84	92,47
PaV D2	5 249,40	892,40	614,18	47,28	82,74
		15 374,64	10 581,37	814,55	1 425,46

Tabela 8– Emissões poluentes atual

Pavilhão	Nº médio aves/bando	Emissões kg/ano			
		NH3	CH4	N2O	PM10
Pav PA	16 106,38	2738,08	1884,45	145,06	253,86
Pav B2	9 086,80	1544,76	1063,16	81,84	143,22
Pav B1	9 329,56	1586,03	1091,56	84,03	147,05
Pav 5	5 272,64	896,35	616,90	47,49	83,11
Pav 6	5 190,64	882,41	607,30	46,75	81,81
Pav 7	9 874,64	1678,69	1155,33	88,94	155,64
Pav 8	4 391,17	746,50	513,77	39,55	69,21
Pav 12	2 941,63	500,08	344,17	26,49	46,36
Pav C2	8 078,33	1373,32	945,16	72,76	127,33
Pav C1	9 051,21	1538,70	1058,99	81,52	142,66
Pav D1	5 866,66	997,33	686,40	52,84	92,47
PaV D2	5 249,40	892,40	614,18	47,28	82,74
Pav E1	9 051,21	1538,70	1058,99	81,52	142,66
Pav E2	9 051,21	1538,70	1058,99	81,52	142,66
Pav F1	9 051,21	1538,70	1058,99	81,52	142,66
Pav F2	9 051,21	1538,70	1058,99	81,52	142,66
		21529,46	14817,33	1140,63	1996,11

Tabela 9– Emissões poluentes em 2018

Presentemente com a capacidade produção instalada verifica-se um aumento da emissão do poluente NH₃. Esta situação, embora não configure uma violação legal de acordo com critérios estabelecidos configura um impacte que pode ser classificado negativo significativo uma vez que há um aumento consistente da emissão do NH₃.

Não se perspetiva, no entanto, que em termos objetivos venha a ocorrer uma alteração do índice da qualidade do ar. Assim o impacte é considerado negativo significativo, local, reversível.

Em termos energéticos e dado que as condições de exploração dos novos pavilhões se manterão em relação às verificadas para os pavilhões mais recentes, apresentam-se as toneladas equivalentes de petróleo (tep/ frango) e que se apresentam na tabela seguinte.

Tipo de consumo	Consumo anual		Fator de conversão	tep
	Quantidade	unidades	(despacho n.º17313/2008)	
Energia elétrica	286733	kwh	0,000216	61,934328
Gás Butano	63,7	ton	1,1145	70,99365
Gasóleo	16,87	ton	1,022	17,24114
Total				150,16912
N.º aves produzidas				1086768
tep por frango				0,0001382

Tabela 10 – Tep/frango (2018)

Em termos objetivos da avaliação no contexto do EIA, a magnitude do impacte é moderada, devido ao facto dos recetores sensíveis (cerca 200) se localizarem quase exclusivamente a sul das instalações, ou seja, a população residente é potencialmente afetada quando os ventos sopram da direção norte o que de acordo com a caracterização do clima ocorre com uma frequência de cerca de 16,5%.